

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

LEI 5018 DE 14 DE OUTUBRO DE 2013

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 08		2026	
DATA		18/06/2026	Presentes
INTEGRANTES	CLEONICE MARTA PICCINI GARCIA	PRESIDENTE	X
	FRANCELI DO CARMO	MEMBRO	X
	CARLA ROSE ROMAN	MEMBRO	X
	FELIPE DE ALMEIDA SILVEIRA	MEMBRO	X
	KÁREN PETRIKOVSKI DE OLIVEIRA CAVALLI	MEMBRO	X

A Diretora Financeira iniciou a reunião às 15:46, dando as boas-vindas aos presentes. Na sequência, apresentou uma análise do cenário econômico-financeiro, destacando a evolução dos mercados e os principais fatores que influenciam o ambiente de investimentos. Conforme o Relatório Focus, com data-base de 15 de junho de 2026, as projeções para os principais indicadores econômicos são as seguintes: Inflação (IPCA): a projeção para 2026 foi elevada de 5,11% para 5,30%. Para 2027, a estimativa passou de 4,03% para 4,10%. Em 2028, a expectativa avançou de 3,65% para 3,68%, enquanto para 2029 permaneceu em 3,50%.

Produto Interno Bruto (PIB): a expectativa de crescimento da economia brasileira para 2026 passou de 1,91% para 1,96%. Para 2027, a projeção foi mantida em 1,70%. As estimativas para 2028 e 2029 permaneceram em 2,00%.

Câmbio: a projeção para a cotação do dólar ao final de 2026 aumentou de R\$ 5,15 para R\$ 5,20. Para 2027, a expectativa passou de R\$ 5,20 para R\$ 5,25. Em 2028, a estimativa foi mantida em R\$ 5,30. Já para 2029, a projeção subiu de R\$ 5,35 para R\$ 5,40.

Taxa Selic: a expectativa para a taxa básica de juros ao final de 2026 passou de 13,50% para 13,75% ao ano. Para 2027, a projeção avançou de 11,50% para 12,00%. Em 2028, a estimativa aumentou de 10,00% para 10,25%, permanecendo em 10,00% para 2029.

INPC: de acordo com a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, a estimativa para o INPC em 2026 é de 4,60%.

Prosseguindo, a Diretora Financeira apresentou a composição da carteira de investimentos do IPPASSO referente ao mês de maio de 2026, distribuída da seguinte forma:

- Banco Safra: R\$ 6.313.761,71 (0,59%);
- Bradesco: R\$ 19.420.944,92 (1,80%);
- Banco Santander: R\$ 20.390.480,31 (1,89%);
- Banrisul: R\$ 60.258.718,99 (5,60%);
- Banco Daycoval: R\$ 56.006.686,18 (5,20%);
- Banco do Brasil: R\$ 108.989.843,02 (10,12%);
- Caixa Econômica Federal: R\$ 150.160.432,21 (13,95%);
- Custódia Selic – Títulos Públicos Federais: R\$ 655.036.486,65 (60,84%).

O montante total aplicado alcançou R\$ 1.076.577.353,99 (um bilhão, setenta e seis milhões, quinhentos e setenta e sete mil, trezentos e cinquenta e três reais e noventa e nove centavos). Registrou-se ainda disponibilidade financeira em conta corrente no valor de R\$ 1.710,80 (mil, setecentos e dez reais e oitenta centavos), totalizando patrimônio financeiro de R\$ 1.076.579.064,79 (um bilhão, setenta e seis milhões, quinhentos e setenta e nove mil, sessenta e quatro reais e setenta e nove centavos).

Ademais, a Diretora Financeira esclareceu aos presentes que o Instituto dispõe de 31,72% do

Handwritten signatures: Felipe de Almeida Silveira, Cleonice Marta Piccini Garcia.

patrimônio líquido em renda fixa, 60,84% em custódia de títulos públicos e 7,44% em renda variável.

Informou, ainda, que, na competência de maio de 2026, o Instituto possui 1.589 segurados, dos quais 1.392 são aposentados e 197 são pensionistas.

Os recursos do Instituto estão alocados conforme a Resolução nº 4.963/2021 e 5.272/2025 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Política de Investimentos de 2025.

O Certificado de Regularidade Previdenciária foi renovado em 23 de março de 2026 e encontra-se vigente, com validade até 19 de setembro de 2026.

Em continuidade às análises relativas à estratégia de investimentos do IPPASSO, foi solicitado parecer à consultoria financeira Referência Gestão e Risco acerca da possibilidade de aquisição de Títulos Públicos Federais (TPF) pelo Instituto.

Em seu parecer, a consultoria concluiu que a aquisição de Títulos Públicos Federais por intermédio de instituição financeira participante dos leilões do Tesouro Nacional constitui modalidade expressamente prevista no artigo 7º, inciso II, da Resolução CMN nº 5.272/2025, estando plenamente compatível com a legislação aplicável aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Destacou ainda que essa modalidade apresenta vantagens relacionadas à simplicidade operacional, redução de custos e maior segurança na execução das operações, possibilitando ao RPPS o acesso direto às emissões do Tesouro Nacional sem a necessidade de utilização de plataforma eletrônica específica.

Quanto ao estudo de AssetLiability Management (ALM), a consultoria informou que o documento fornece elementos suficientes para identificar a existência de espaço para novas aquisições de Títulos Públicos Federais, bem como permite visualizar os horizontes de vencimento mais compatíveis com o fluxo atuarial do plano previdenciário.

Contudo, ressaltou que a definição dos valores exatos a serem alocados em cada vértice de vencimento e o ritmo de implementação das aquisições não estão explicitamente detalhados no estudo, demandando acompanhamento permanente por parte do Comitê de Investimentos, além de análises complementares para subsidiar a operacionalização da estratégia.

Diante do parecer apresentado, os membros do Comitê tomaram ciência das orientações da consultoria e aprovam que a diretora financeira faça aquisição de Títulos Públicos Federais por intermédio de instituição financeira participante dos leilões do Tesouro Nacional.

Nada mais havendo a constar encerra-se a presente ata que, depois de lida, será assinada aos presentes a esta reunião.

Felipe Silveira
Alciana Rosa
Antônio Carlos Roman, Paulo